



Prefeitura de Pinheiro - MA
Professor Educação Infantil e
Professor Educação anos Iniciais 1º Ao 5º Ano

LÍNGUA PORTUGUESA

Interpretação de Texto.....	1
Pressupostos e Subentendidos	7
Tipos de Discurso.....	7
Intertextualidade.....	12
Focalização Discursiva.....	14
Polifonia.....	15
Figuras de Linguagem.....	15
Denotação e Conotação. Significação contextual de palavras	20
Formas de Coesão Textual.....	21
Variação Linguística	23
Funções de Linguagem.....	24
Coerência e coesão.....	26
Tipos de Linguagem.....	26
Conceitos Fonéticos.....	28
Uso do Hífen.....	29
Acentuação Gráfica.....	30
Reforma Ortográfica.....	32
Divisão Silábica	35
Tipos de Porquê. Ortografia. Homônimos e Parônimos.....	36
Elementos Mórficos (morfemas).....	37
Formação de Palavras	38
Classes Gramaticais. Substantivos – emprego e flexões. Adjetivos – emprego e flexões. Advérbios – emprego e flexão de grau. Conjunções – emprego e uso semântico. Preposições – emprego e uso semântico. Numerais – emprego e flexões. Artigos – emprego e flexões. Interjeições – emprego. Pronome – Noções Gerais e Classificação. Emprego de Pronomes Relativos. Emprego de Pronomes Demonstrativos. Verbo: conjugação, tempo composto e vozes verbais.....	39
Colocação Pronominal	55
Análise Sintática – Predicação Verbal Sujeito e Predicado / Termos da Oração. Termos da Oração. Funções Sintáticas de Pronomes Oblíquos. Funções Sintáticas de Pronomes Relativos. Período Composto – Noções Gerais. Orações Coordenadas. Orações Subordinadas. Orações Reduzidas	57
Pontuação	62

SUMÁRIO



Regência	66
Crase	68
Concordância Verbal. Concordância Nominal	70
Questões	72
Gabarito	82

RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICO

Proposições: conectivos. Conceito de proposição. Valores lógicos das proposições. Conectivos. Tabela-verdade. Operações lógicas sobre proposições: negação de uma proposição. Conjunção de duas proposições. Disjunção de duas proposições. Proposição condicional. Proposição bicondicional. Tautologias e Contradições Equivalência Lógica e Implicação lógica. Conceito e Propriedades da relação de equivalência lógica. Recíproca, contrária e contra positiva de uma proposição condicional. Implicação Lógica. Princípios lógicos. Princípio de substituição. Propriedade da implicação lógica	1
Argumentos: conceito de argumento. Validade de um argumento. Critério de validade de um argumento	9
Estatística	13
Sequências e séries: sequência numérica. Progressão aritmética. Progressão geométrica. Série geométrica infinita	15
Juros simples e compostos	19
Probabilidade. Análise combinatória	21
Razão, proporção e regra de três	28
Porcentagem	33
Radiciação e Potenciação	35
Problemas Matemáticos e de Raciocínio Lógicos. Problemas de lógicas matemáticas	38
Equações do 1º e 2º grau	41
Sistema de equações	47
Sequências Lógicas	51
Questões	53
Gabarito	63

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - LÍNGUA PORTUGUESA

Práticas de Linguagem	1
Gêneros textuais orais	1
Produção de textos nas séries iniciais: gêneros da ordem narrar, relatar, argumentar, expor, prescrever	3
A construção do sentido do texto: coesão e coerência	3
Práticas de leitura de textos orais e escritos: Leitura: processos cognitivos e estratégias de leitura	3



Prática de análise linguística e BNCC - Língua Portuguesa	6
Questões	11
Gabarito	17

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - MATEMÁTICA

Localização, espaço e formas	1
Números naturais: operações, propriedades e problemas.....	14
Múltiplos, divisores e divisibilidade: conceito, cálculo e propriedades	16
Sistema de numeração decimal	22
Frações: conceito, propriedades e operações	23
Principais unidades de medidas e sua utilização no contexto social	28
Sistema monetário.....	33
Noções de Estatística: médias, distribuição de frequências e gráficos.....	36
Metodologia do ensino da Matemática.....	54
BNCC – Matemática.....	62
Questões	95
Gabarito.....	104

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - HISTÓRIA

Conhecimento histórico: características e importância social.....	1
Expansionismo europeu e colonização americana	2
Organização social do Brasil	4
Processo político brasileiro.....	5
Trajetoária econômica brasileira	6
Trajetoária econômica brasileira	8
Formação cultural e identidade nacional brasileira	8
Metodologia do ensino da História. BNCC – História.....	10
Questões	11
Gabarito.....	15

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - GEOGRAFIA

A cartografia como meio de representação e leitura do espaço geográfico	1
A paisagem e seus elementos: análise e formas de representar, as diferentes paisagens e sua transformação, a paisagem e sua relação com a atividade econômica, paisagens urbanas e rurais brasileiras	1
O trabalho humano e o espaço geográfico: interferências nos elementos naturais. A população e a cultura brasileira e paraense.....	2

SUMÁRIO



O espaço geográfico brasileiro e paraense: localização, situação político-administrativa, geologia, solo, relevo, hidrografia, clima, vegetação, transporte e meios de comunicação e atividades produtivas	9
Metodologia do ensino de Geografia. BNCC – Geografia	28
Questões	28
Gabarito.....	32

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - CIÊNCIAS

Planeta Terra	1
Sistema Solar	1
Dia e noite	3
Estações do Ano.....	3
Litosfera.....	3
Rochas	3
Fósseis	5
Hidrosfera e Atmosfera.....	6
Solo	7
Ar	8
Luz.....	9
Água	10
Ciclo da água.....	11
Energia	12
Lixo	13
Resíduos	14
Coleta Seletiva	16
Sustentabilidade.....	17
Biodiversidade	18
Educação Ambiental.....	18
Poluição.....	19
Saneamento Básico	20
Alimentação.....	21
Cadeias e Teias Alimentares	21
Fotossíntese	23
Biomass Brasileiros.....	25
Relações entre os seres vivos.....	27
Classificação dos seres vivos; Características dos principais grupos de plantas, invertebrados e vertebrados.....	28
Evolução.....	31

SUMÁRIO

Sistemas do Corpo Humano	32
Estados Físicos da Matéria	90
Substâncias	91
Misturas	92
Força	93
Velocidade	96
Relação Ciência-Tecnologia Sociedade (CTS) como auxiliar da compreensão da Ciência como parte da nossa cultura.....	96
BNCC – Ciências.....	97
Questões	99
Gabarito.....	107

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - LEGISLAÇÕES

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 e suas alterações.....	1
Constituição Federal (1998)	31
Lei nº 7.853/89: Esta lei é regulamentada pelo Decreto Federal nº 3.298/99.....	196
Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Lei nº 8069/90): Declaração de Salamanca (1994): o texto não tem efeito de lei, mas diz que as crianças que têm deficiências graves devem ser atendidas no mesmo ambiente de ensino que as demais.....	213
Convenção da Guatemala (Decreto nº 3.956/01)	291
Lei nº 10.436/02	299
Plano Nacional de Educação (2011)	300
Lei nº 12.764/12: instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista	323
Formação humana, conhecimento e Educação B - Políticas Contemporâneas de Educação Especial: nacionais, internacionais e locais C - Diferentes perspectivas teóricas e a Educação Especial.....	326
Pedagogia histórico-crítica e as contribuições da psicologia histórico-cultural	327
Questões	335
Gabarito.....	340

CONHECIMENTOS LOCAIS

Lei Orgânica do município de Pinheiro – ESTADO DO MARANHÃO 1989/1990.....	1
Aspectos relevantes da formação econômica, social, histórica, geográfica e cultural do Município de Pinheiro - MA.....	51



Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas. Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio no texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender. Compreender um texto é apreender de forma objetiva a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor. Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.
- (B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.



PROPOSIÇÃO

Conjunto de palavras ou símbolos que expressam um pensamento ou uma ideia de sentido completo. Elas transmitem pensamentos, isto é, afirmam fatos ou exprimem juízos que formamos a respeito de determinados conceitos ou entes.

Valores lógicos

São os valores atribuídos as proposições, podendo ser uma **verdade**, se a proposição é verdadeira (V), e uma **falsidade**, se a proposição é falsa (F). Designamos as letras V e F para abreviarmos os valores lógicos verdade e falsidade respectivamente.

Com isso temos alguns axiomas da lógica:

– **PRINCÍPIO DA NÃO CONTRADIÇÃO:** uma proposição não pode ser verdadeira E falsa ao mesmo tempo.

– **PRINCÍPIO DO TERCEIRO EXCLUÍDO:** toda proposição OU é verdadeira OU é falsa, verificamos sempre um desses casos, NUNCA existindo um terceiro caso.

“Toda proposição tem um, e somente um, dos valores, que são: V ou F.”

Classificação de uma proposição

Elas podem ser:

• **Sentença aberta:** quando não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso para ela (ou valorar a proposição!), portanto, não é considerada frase lógica. São consideradas sentenças abertas:

- Frases interrogativas: Quando será prova? - Estudou ontem? – Fez Sol ontem?

- Frases exclamativas: Gol! – Que maravilhosos!

- Frase imperativas: Estude e leia com atenção. – Desligue a televisão.

- Frases sem sentido lógico (expressões vagas, paradoxais, ambíguas, ...): “esta frase é falsa” (expressão paradoxal) – O cachorro do meu vizinho morreu (expressão ambígua) – $2 + 5 + 1$

• **Sentença fechada:** quando a proposição admitir um ÚNICO valor lógico, seja ele verdadeiro ou falso, nesse caso, será considerada uma frase, proposição ou sentença lógica.

Proposições simples e compostas

• **Proposições simples** (ou atômicas): aquela que **NÃO** contém nenhuma outra proposição como parte integrante de si mesma. As proposições simples são designadas pelas letras latinas minúsculas p,q,r, s..., chamadas letras proposicionais.

Exemplos

r: Thiago é careca.

s: Pedro é professor.



Conhecimentos Específicos - Língua Portuguesa

As práticas de linguagem se referem aos diferentes usos da linguagem em contextos específicos, como comunicação, interação social, expressão de pensamentos e emoções, e construção e transmissão de conhecimento. Essas práticas podem ser observadas em diferentes formas de linguagem, como a oralidade, a escrita, a linguagem corporal e a linguagem digital.

Além disso, as práticas de linguagem também estão relacionadas às normas e convenções sociais que regem o uso da linguagem em diferentes contextos. Cada contexto possui suas próprias regras e expectativas em relação à linguagem, o que pode afetar a forma como nos expressamos e nos comunicamos.

As práticas de linguagem também estão em constante evolução e mudança, especialmente com o avanço da tecnologia e das mídias sociais. Novas formas de linguagem e comunicação estão surgindo, como emojis, gírias e memes, que refletem as mudanças nas práticas de linguagem e na cultura em geral.

No âmbito educacional, as práticas de linguagem são centrais para o desenvolvimento da linguagem e da competência comunicativa dos indivíduos. A escola desempenha um papel importante no ensino e na aprendizagem das práticas de linguagem, ajudando os alunos a entenderem como usar a linguagem de forma apropriada e eficaz em diferentes contextos.

Sendo assim, as práticas de linguagem são os usos e abordagens da linguagem em diferentes contextos sociais, culturais e educacionais. Elas envolvem a comunicação, a interação social e a construção do conhecimento, e estão sujeitas a normas e convenções específicas de cada contexto.



Gêneros textuais orais

— Conceção

A oralidade consiste na variação falada da língua, ocorrendo sempre que um indivíduo faz uso de seu aparelho fonador para se comunicar. Essa modalidade é a que aprendemos primeiro, ela tem como características principais a repetição e a efemeridade, pois, antes mesmo de escrever, o ser humano aprende a falar.

Em termos pedagógicos, a oralidade não está limitada à análise da realidade da fala (materialidade), sendo incluídos também, em determinados contextos socioculturais, a fala relacionada à sua entonação, ritmo, volume e mesclada por variadas formas de linguagens, como a imagem, a gestualidade e inclusive à variação escrita da língua, como em uma exposição, em apresentação de TV, etc.

— Gêneros orais

De acordo com o Grupo de Pesquisa e Estudo do texto e do Discurso (PETEDI), os gêneros orais se caracterizam pela base na voz humana e foram gerados para serem concretizados de forma oral, fazendo uso da voz do ser humano, mesmo que tenha ou não uma alternativa redigida.

Dessa forma, exemplificativamente, uma peça teatral escrita para uma performance oral no palco, ou mesmo a comunicação científica em seminários acadêmicos, mesmo terem sido elaborados para serem expressos na oralidade, apresentam também a sua versão escrita.

No entanto, um artigo acadêmico que trata do mesmo tema de uma conferência foi elaborado apenas para constar na modalidade escrita, sem visar à realização oral. Por isso, ainda que ocorra sua leitura em voz alta, permanecerá na modalidade escrita, não se tornando um gênero oral.

Na mesma condição, temos as reportagens em jornais e revistas, os contos e os romances. Isso quer dizer que a mera organização de uma produção escrita não faz dela um gênero oral. Por essas razões, o suporte da voz humana é o que diferencia o gênero oral do gênero escrito, assim como o seu propósito de ter sido elaborado para concretização oral.



A compreensão do espaço que nos rodeia e das formas que o preenchem é fundamental para a nossa interação com o mundo. Desde os primeiros desenhos nas cavernas até as complexas representações tridimensionais em realidade virtual, a humanidade sempre buscou maneiras de expressar e entender a localização e as formas ao seu redor. Este conteúdo visa explorar os conceitos geométricos que permitem descrever o espaço e as formas de maneira precisa e funcional.

PONTO, RETA E PLANO

A geometria durante muito tempo foi a principal área desenvolvida da matemática, isso se deve aos seus conceitos abordados que são originados de elementos concretos. Sua principal fonte foi, durante muitos anos, o livro *Elementos* de Euclides (300 a.C.).

Mesmo assim, não conseguimos construir uma reta perfeita, assim como um círculo e um quadrado, que não existem em nosso mundo, já que esses elementos possuem apenas duas dimensões, enquanto nós possuímos três.

Postulados e teoremas

Nesse primeiro momento, iremos estudar os principais fundamentos da geometria, definidos por Euclides em sua obra "Elementos". Essa geometria a partir de postulados, axiomas e teoremas ganha o nome de geometria euclidiana.

Começemos então por certos elementos que não possuem uma definição certa, chamados de entes primitivos. São eles:

Ponto:



- Adimensional (0 dimensões);
- Não possui largura, altura ou profundidade;
- O ponto é representado por letras latinas maiúsculas: A, B, R, P, Z ,entre outras.

Reta:



- Unidimensional (1 dimensão);
- Possui apenas largura;
- A reta é representada por letras latinas minúsculas: r, s, t, x, entre outras.

Plano:



- Bidimensional (2 dimensões);
- Possui largura e profundidade;
- O plano é representado por letras gregas minúsculas: α , β , γ , entre outras.



Conhecimentos Específicos - História

A história, como campo de estudo fascinante, busca ininterruptamente compreender e interpretar os acontecimentos pretéritos que deram forma ao mundo contemporâneo. O entendimento histórico, essencial para apreender nossa identidade coletiva, viabiliza a assimilação de ensinamentos advindos dos equívocos e triunfos passados, desempenhando um papel crucial na construção da consciência humana.

A índole interpretativa do conhecimento histórico é uma das suas características essenciais. Os estudiosos não se restringem a registrar fatos; buscam decifrar as causas e consequências dos eventos passados, analisando fontes primárias e secundárias por meio de diversas perspectivas e contextos culturais. Essa abordagem dinâmica possibilita que o conhecimento histórico evolua à medida que novas evidências e interpretações emergem.



Além disso, o conhecimento histórico está intrinsecamente conectado à narrativa. Os historiadores não apenas apresentam uma sucessão de eventos; procuram destacar relações causais, transformações sociais e complexidades das sociedades ao longo do tempo. A habilidade de relatar historicamente de forma precisa é fundamental para preservar a memória coletiva e transmitir sabedoria às gerações vindouras.

Outro aspecto crucial é a revisão constante e a reinterpretação do conhecimento histórico. Descobertas arqueológicas e novas abordagens teóricas alteram a compreensão dos eventos históricos, enfatizando a dinâmica intrínseca da história e a importância da abordagem crítica na análise de fontes e interpretações. Essa revisão contínua evita generalizações excessivas, proporcionando uma compreensão mais minuciosa do passado.

A relevância social do entendimento histórico é inegável. A história nos conecta com o passado, fornecendo uma base para compreender o desenvolvimento das sociedades ao longo do tempo e edificando a identidade individual e coletiva. Essa conexão com as raízes culturais e históricas é essencial para tomadas de decisão mais informadas sobre o presente e o futuro.

Ademais, o conhecimento histórico desempenha papel crucial na construção da cidadania e na participação ativa na sociedade. Ao aprender sobre os triunfos e desafios de gerações anteriores, os cidadãos desenvolvem apreciação pelos valores democráticos, direitos humanos e justiça social. A história espelha lições aprendidas e superações, inspirando ações positivas e mudanças sociais.



Conhecimentos Específicos - Geografia

A cartografia é uma ciência que se dedica ao estudo e à elaboração de mapas, ou seja, de representações gráficas do espaço geográfico. É um meio fundamental para a compreensão e leitura do mundo em que vivemos.

Através da cartografia, é possível representar de forma visual e objetiva elementos como relevo, hidrografia, vegetação, urbanização, entre outros, permitindo uma melhor compreensão e análise do espaço geográfico.

Além disso, a cartografia também é de fundamental importância para a organização e o planejamento do espaço. Ela contribui para a definição de limites territoriais, auxilia na delimitação de áreas de preservação ambiental, facilita no planejamento urbano, entre outras aplicações.

Ao interpretar um mapa, é possível obter informações sobre distâncias, localização de cidades e pontos turísticos, características naturais do ambiente, como relevo e clima, entre outros elementos. Isso auxilia tanto no conhecimento e estudo do ambiente em que vivemos, como também na tomada de decisões, seja ela pessoal, como a escolha de um local para morar, ou governamental, como a implementação de políticas públicas.

A representação do espaço geográfico por meio da cartografia não se limita apenas a representar o que existe fisicamente, mas também pode retratar aspectos culturais, históricos e sociais de uma determinada região. É uma forma de expressar a diversidade de um lugar e sua relação com o contexto global.

Com o avanço tecnológico, a cartografia atualmente conta com ferramentas digitais, como sistemas de informações geográficas (SIG) e softwares de mapeamento, que permitem a elaboração de mapas mais precisos e atualizados. Isso facilita o acesso à informação geográfica e possibilita uma representação mais completa e detalhada do espaço.

Em resumo, a cartografia é um meio essencial para a representação e leitura do espaço geográfico. Ela permite a compreensão do ambiente em que vivemos, auxilia na organização do território e na tomada de decisões, e contribui para a divulgação e o conhecimento da diversidade cultural e natural dos lugares.



A paisagem e seus elementos: análise e formas de representar, as diferentes paisagens e sua transformação, a paisagem e sua relação com a atividade econômica, paisagens urbanas e rurais brasileiras

A paisagem, como expressão visual do ambiente que nos cerca, revela uma interação complexa entre a natureza e as atividades humanas. A análise e representação desse cenário abrangem desde os elementos naturais até as intervenções humanas, proporcionando uma compreensão holística que destaca a diversidade de paisagens, suas transformações ao longo do tempo e a relação intrínseca com a atividade econômica.

No contexto brasileiro, a riqueza geográfica e climática do país se reflete em paisagens naturais distintas, como a exuberante Floresta Amazônica, os planaltos do Centro-Oeste, as praias deslumbrantes do Nordeste e a vastidão do Pantanal.





Conhecimentos Específicos - Ciências

ORIGEM E EVOLUÇÃO DA TERRA

Para compreender a formação do Planeta Terra, é necessário compreender a formação do Sistema Solar

Há aproximadamente 6 bilhões de anos o sistema solar era uma nuvem de gás e poeira em processo de resfriamento e contração. As partículas, que estavam em movimento desordenado, chocavam-se e se agregavam, formando pequenos fragmentos de rocha.

O choque entre estes fragmentos gerava energia, e conseqüente elevação da temperatura nestes corpos. A gravidade exercida por estes fragmentos de rocha se intensificava na medida em que eles ficavam maiores, o que criou um ordenamento no movimento onde fragmentos de maior massa atraíam os de menor massa.

Há aproximadamente 4,5 bilhões de anos o sistema solar era composto por grandes corpos rochosos girando em torno do Sol. A Terra era um grande corpo de matéria pastosa incandescente, em processo de resfriamento (de fora para dentro). O ferro, por ser mais pesado, formou o núcleo do planeta. Outros compostos como Silício e Óxidos metálicos formaram o manto. Com o resfriamento do planeta, abaixo dos 1500 graus celsius.

A superfície da terra (a crosta terrestre) começou a se solidificar. Parte das substâncias que compunham o manto formou os gases que deram origem à atmosfera (metano, nitrogênio e amônia, e outros elementos como hidrogênio e oxigênio).

Com o resfriamento, o vapor de água contido nesta atmosfera primitiva passou a se condensar e precipitar. Com o passar do tempo, essa precipitação formou os oceanos, e proporcionou a formação das primeiras rochas sedimentares (ação intempérica das chuvas nas rochas que formavam a crosta). Embora a crosta já estivesse solidificada, o manto não. Mesmo resfriando, o manto se encontra em estado pastoso até hoje. O magma que compõe o manto se movimenta e gera o movimento da crosta (tectonismo), causando dobramento e fraturas nas rochas.

O magma que extravasa para a superfície forma as rochas ígneas. Os primeiros microrganismos surgiram nos oceanos, favorecidos pelo resfriamento do planeta. O núcleo metálico da terra gera um campo eletromagnético que protege a superfície da terra da radiação emitida pelo Sol, e acaba por proteger os organismos vivos.



Sistema Solar

A formação do universo e do Sistema Solar é uma das maiores questões da astronomia e cosmologia. De acordo com a teoria do Big Bang, o universo surgiu há cerca de 13,8 bilhões de anos a partir de uma grande explosão. Durante os primeiros momentos do universo, o universo era extremamente quente e denso, com toda a matéria e energia concentrada em um ponto. Conforme o universo se expandiu, ele esfriou e a matéria se condensou em galáxias, estrelas e planetas.

O Sistema Solar se formou há cerca de 4,6 bilhões de anos a partir de uma nuvem de gás e poeira em rotação. A maior parte da matéria se acumulou no centro, formando o Sol. As partículas restantes se aglutinaram para formar planetas, incluindo a Terra. Acredita-se que a Terra tenha se formado a partir de colisões sucessivas de objetos menores, que eventualmente se uniram para formar um corpo sólido.

Sistema Solar

É formado pelo conjunto de oito planetas, e pelos diversos objetos e corpos celestes (asteroides, cometas) que orbitam a principal estrela dele: o Sol. Cada um se mantém em sua respectiva órbita em virtude da intensa força gravitacional exercida pelo astro, que possui massa muito maior que a de qualquer outro planeta.

Os corpos mais importantes do sistema solar são os oito planetas que giram ao redor do sol, descrevendo órbitas elípticas, isto é, órbitas semelhantes a circunferências ligeiramente excêntricas.



LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I DA EDUCAÇÃO

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

TÍTULO II DOS PRINCÍPIOS E FINS DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos respectivos Estados e Municípios e do Distrito Federal; (Redação dada pela Lei nº 14.644, de 2023)
- IX - garantia de padrão de qualidade; (Vide Decreto nº 11.713, de 2023)
- X - valorização da experiência extra-escolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
- XII - consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)
- XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Lei nº 13.632, de 2018)
- XIV - respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva. (Incluído pela Lei nº 14.191, de 2021)



PREÂMBULO

A CÂMARA MUNICIPAL DE PINHEIRO, ESTADO DO MARANHÃO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELAS CONSTITUIÇÕES FEDERAL E ESTADUAL, EM NOME DO POVO E SOB A PROTEÇÃO DE DEUS, PROMULGA A SEGUINTE:

TÍTULO - I

ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

CAPÍTULO - I

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Artigo 1º O Município de Pinheiro, em união indissolúvel ao Estado do Maranhão e à República Federativa do Brasil, constituído dentro do Estado Democrático de Direito, em esfera de Governo local, objetiva o seu desenvolvimento com a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, exercendo o seu poder por decisão dos Municípios, pelos seus representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Lei Orgânica da Constituição Estadual e Constituição Federal.

PARÁGRAFO ÚNICO - A ação Municipal desenvolve-se em todo o seu território, sem privilégio, de Distritos, povoados ou Bairros, reduzindo-se as desigualdades regionais e sociais, promovendo o bem-estar de todos sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, e quaisquer outras formas discriminatórias.

Artigo 2º O território do Município poderá ser dividido em distritos, criados, organizados suprimidos ou fundidos por Lei Municipal, observada a Legislação Estadual, após a consulta plebiscitária e o disposto nesta Lei Orgânica. (NR)

Artigo 3º A sede do Município dá-lhe o nome e tem a categoria de cidade enquanto a sede do Distrito tem a categoria de vila.

Artigo 4º O Município objetivando integrar a organização, planejamento e a execução de funções públicas de interesse regional comum, poderá associar-se a outros Municípios da região e ao Estado.

Artigo 5º São símbolos do Município o Brasão, a Bandeira e o Hino, representativos de sua cultura e história.

CAPÍTULO - II

DOS BENS MUNICIPAIS

Artigo 6º Constituem bens do Município todas as coisas móveis e imóveis, direitos e ações que a qualquer título lhe pertençam.

PARÁGRAFO ÚNICO - O Município tem o direito à participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais de seu Território.

Artigo 7º Pertencem ao Patrimônio Municipal as terras devolutas que se localizem dentro do raio de 6 km, contados do ponto central da sede do Município.

PARÁGRAFO ÚNICO - Integram, igualmente o Patrimônio Municipal, as terras devolutas localizadas dentro do raio de 6 km, contados do ponto central dos distritos ou povoados, que possuírem no mínimo 3 (três) serviços públicos. (NR)

Artigo 8º Cabe ao Prefeito a administração dos bens municipais, respeitada a competência da Câmara quanto àqueles utilizados no seus serviços.

Artigo 9º Todos os bens municipais deverão ser cadastrados, com a identificação respectiva, numerando-se os móveis segundo o que foi estabelecido em decreto regulamentador.

Artigo 10 A alienação dos bens municipais subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será sempre precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas: